

## Euclides da Cunha e Vargas Llosa: dois olhares sobre Canudos

Délia Cambeiro  
(UERJ)

### Uma sintética introdução

Nunca será demasiado avivar-se a memória para o terrível massacre de Canudos, que em 5 outubro de 2007 completará 110 anos, para a figura de seu idealizador e a de seus seguidores. Muitos títulos encontrará o pesquisador, ou um simples leitor, cuja curiosidade intelectual o leve à indagação. Desde o aparecimento de *Os sertões*, surgiram numerosos documentos – alguns ficcionais –, que, por vezes, fixaram alguns estereótipos a respeito da rica temática, mas, não se pode negar, acumulam importante material de estudo. São inúmeras críticas a uma possível influência – o comentado *Facundo*, de Domingo Sarmiento –; à dura dicção euclidiana em julgar o fenômeno – o Conselheiro e sua gente são casos patológicos –; além de tantos outros instigantes juízos. Além disso, ao mesclar segmentos interpretativos, outros de cunho criativo, com forte dose de imaginação sobre o fato, provoca classificações, que a situam como uma obra híbrida, circulando entre a História e a Literatura. Raros textos, entretanto, conseguiram subtrair-se à influência da análise de Euclides e, sem dúvida, o autor denunciou o crime cometido contra uma coletividade, também provocou uma interpretação do Brasil.

Para esse breve trabalho de marcas comparatistas, cotejam-se trechos de *Os sertões* com os d' *A guerra do fim do mundo*, de Vargas Llosa, obra também extensa e cerrada. Pela impossibilidade de nele comentarem-se as inúmeras articulações e cenas da trama complicada e bastante enovelada, privilegiar-se-ão algumas passagens onde se evidenciam mais vivamente a refle-

xão de Llosa sobre Canudos. Focaliza-se o diálogo respectivamente entre as personagens ficcional e histórica Galileu Gall e frei João Evangelista. Pretende-se refletir sobre a representação literária dos elementos evidenciados nas primeiras linhas desse ensaio.

### Uma tentativa de cotejo

Quando estive no Rio de Janeiro, ao ser entrevistado sobre por que escrevera uma obra sobre o sertão brasileiro, Vargas Llosa explicou que fizera um roteiro para a Paramount, em parceria com Rui Guerra. Não se realizou o filme – *La guerra particular* ou *Los papeles del infierno* – mas, desejando escrever a “Guerra e Paz” latino-americana, ele transformou o roteiro em livro. Deslumbrado com *Os sertões*, assinala ter sido a obra fator importante para escrever *A guerra do fim do mundo*, confessando que, através dela, o trágico episódio não fora completamente esquecido, como outros violentos choques havidos na América Latina.

Sobre Canudos, lera imensa bibliografia, assinalando a falta de representatividade dos vencidos nos textos pesquisados. Portanto, em seu reescrever palimpséstico, retocando, à sua maneira, o mosaico euclidiano, entrelaçou vozes representativas de níveis sociais, econômicos e culturais. A escrita de Vargas Llosa articula acontecimentos verídicos já longamente descritos por Euclides da Cunha, porém, mesmo tendo como fonte a famosa obra, questiona o texto núcleo e abre imaginativos vãos, não só na construção da narrativa, bem como nos meandros da fábula. Recriando, por outro viés, a epopéia daqueles seres despossuídos do arraial baiano, Llosa pintou um monumental painel de imagens – misto de crônica e situações factuais – ao repensar, em perspectiva crítica/criadora, o que chamou de um “mal-entendido nacional”. Munido do distanciamento crítico, ao inverso de Euclides, devido à separação temporal quanto às ocorrências de Canudos, vai mesclando reflexões dialéticas às novas faces e visões do que teria sucedido à época, por meio de um narrador onisciente e inúmeras personagens. Desse modo, no mundo contemporâneo, sua escrita ilumina, com agudeza, aquele sangrento episódio da História do Brasil.

Prêmio Ernest Hemingway de 1985, essa representação da

epopéia brasileira – uma alegórica luta entre ordem e transgressão – entrelaça experiências pessoais de diversas personagens verdadeiras e fictícias, que emergem na trama, enredadas em montagem bem atual. Os episódios sempre fragmentados retardam a trama, modificam os focos narrativos, em alternado jogo de ações, que, pouco a pouco, pelos vários pontos de vista introduzidos por um único narrador onisciente, vão-se fechando e concluindo, em microestruturas aparentemente estanques. Embora independentes, elas se coligam por mestria técnica: na concepção de Bakhtin, trata-se de uma escrita polifônica, em que vozes em contraponto, tal qual na partitura musical, harmonizam-se, unem-se, em igualdade de importância, sem haver sobreposição hierárquica de discurso. Com essa técnica Llosa sugere ao leitor a impossibilidade de a verdade sobre aqueles fatos ser totalmente conhecida.

O tempo narrativo reflete a fragmentação daquele universo em múltiplas linhas cronológicas, estruturadas em constante fluxo de idas e vindas, com imagens focadas/desfocadas, mas que se interligam num “plot”, ou seja, em uma intriga subjacente, nervo da ação que tudo comanda: a história de Canudos e a energia magnetizadora do Conselheiro. Pode-se dizer que, na obra, a sinuosidade temporal (re)trabalha os fatos, na tentativa de compreendê-los, sem estabelecer visões binárias redutoras, tentando criar um *tertius* inclusivo e auxiliar na leitura plural do homem em situação.

A arquitetura textual sugere uma estrutura mutante – de certa forma caleidoscópica – pois os episódios amarram/desamarram, em sucessão cambiante de quadros, impressões e sensações, produzindo, em síntese, a ação global, deflagradora da questão política e religiosa nacionais. A narrativa, portanto, prima pela ausência de um ponto de vista único ou exclusivo, com seus artifícios desconstrutores, ramifica-se em histórias particulares coligadas à grande História. Tudo emerge do ataque a Canudos que, no relato, está acontecendo, bem como da influência que a expedição ao arraial suscitou na vida de cada personagem.

Apesar de desencadeador da “guerra do fim do mundo”, Conselheiro não assume a força da enunciação. Tudo o que se sabe a seu respeito aflora indiretamente pela descrição, atos ou diálogos de certas personagens que gravitam pelas bordas do relato. Ancorada na História e na ficção, *A guerra do fim do mundo*

conserva alguns nomes históricos da obra euclidiana, entre eles, Moreira César, que aparece em ação, como representante da ordem. Nela é qualificado de temperamento “fanático” e “obsessivo”: acusações frequentes, em *Os sertões*, mas em relação ao Conselheiro. Cria também outros, de conotações não raro irônicas ou de marcas universalmente expressivas, que, por analógicas ilações, suscitam reflexão pelo pensamento renovador que demonstram. Expressivo exemplo é Galileu Gall, cujo nome composto lembra dois cientistas: Galileu, físico, astrônomo e escritor italiano do século XVI-XVII (1564-1642), introdutor da luneta na astronomia, além de outras inovações científicas e seu posicionamento diante da Inquisição; Gall, o médico alemão Franz Josef Gall (1758-1828), criador da frenologia, teoria que estuda o caráter e as funções intelectuais e humanas, baseando-se na conformação do crânio.

Aliás, na obra de Vargas Llosa, essa personagem – amálgama de dois cientistas – desempenha relevante papel crítico. Com a luneta de seu olhar inquiridor, tudo para ele é objeto de pesquisa, de questionamentos da ordem lógica e social. Na novela, ele é também frenólogo, além de um revolucionário politicamente engajado, com posições anarquistas, também é correspondente de um jornal francês, cujo nome *Etincelle de la révolte* já acena para a própria centelha da lucidez, o gérmen do fogo, o estopim clarificador da rebeldia, através de idéias desconstrutoras. O iconoclasta Galileu Gall parece ser um alter ego do narrador, que, por meio deste, exercita sua posição diante dos fatos, valorizando os atos libertários daquele herege nos confins de Belo Monte.

Entre inúmeros da galeria imaginária de Llosa, há o Jornalista Míope, irônico epíteto, transformado em onomástico, pois no desenrolar da narrativa jamais é dito o seu verdadeiro nome. Sem dúvida, o autor pontua também sua crítica em relação ao jornalista Euclides da Cunha, ao enxergar, com lentes deturpadas/desfocadas, a veracidade das ocorrências, segundo a opinião subliminar que mina do texto. Gall enxerga melhor do que o Jornalista Míope, que forçado a fugir chega ao arraial completamente desvinculado com o mundo de Canudos. Ele deseja escrever um livro para relatar a guerra, porém perdera os óculos – portanto, não via – e ficara sem pena e sem tinta durante a fuga – logo, não escrevia. Por isso, lembra Euclides, criticado por sua visão

míope da realidade de Canudos.

Em diversificadas elucubrações, Llosa transita por vários patamares em torno da História acontecida. Apreende o problema, contorna-o através de olhares diversificados, inverte-o em choques de abordagens que se “dialetizam” na narrativa *in fieri*, ou seja, no próprio processo de escrita. Em meio às entrelinhas, nas dobras e subterrâneos do discurso, múltiplas são as peripécias das personagens impregnadas de situações críticas.

No ludismo verbal de tempos e de espaços acoplados, delineia-se na obra o comportamento e a psicologia do Conselheiro, caracterizando seu desempenho no grupo, como organizador político – o mito do herói civilizatório – como orientador espiritual – o mito do guardião do *sagrado* congregador.

O narrador abre o texto com o retrato físico do Conselheiro, aludindo a seu aspecto alto e magro que parece “estar sempre de perfil”. Os mesmos trajes usados aproximam-no do perfil eternizado por Euclides da Cunha: a mesma túnica de azulão e as sandálias de pastor. Os detalhes focalizam parte de seus hábitos simples, desprovidos de qualquer preocupação corporal, chegam ao famoso epíteto – Conselheiro – que lhe deu fama e, aos poucos, compõe-se a aura mítica do chefe político-religioso. Em seguida ao primeiro retrato físico e psicológico, tem-se lírica descrição do ambiente natural dos vilarejos do sertão, à hora do crepúculo, do qual participavam os que se sentiam amparados por suas palavras. Nesse momento, todos o “escutavam em silêncio, (...) o interrompiam para tirar dúvidas milenaristas, escatológicas. Terminaria o século? Chegaria o mundo em 1900?” (VARGAS LLOSA, 1987,p.17). Essas e outras alusões fornecem subsídios para uma interpretação de ele estar ligado à experiência do sagrado, não só pelas previsões e anúncios das desgraças dos últimos dias, mas pela força de sua presença coroada de intensa atmosfera mística. O epíteto de Conselheiro, que Antônio Vicente Mendes Maciel recebeu, também corresponde à justiça divina e à humana, reunindo as funções essenciais de conselheiro do espírito e da carne. Além da força carismática que exercia sobre o outro, ele atraía seus ouvintes - já seguidores ou não - por meio da potência da linguagem que empregava em seus sermões.

Euclides da Cunha afirmou que na apreciação dos fatos o tempo substitui o espaço para a focalização das imagens e que o

historiador precisa de certo afastamento dos quadros que contempla, desta forma, nota-se a preocupação em compor um quadro mais fiel possível dos acontecimentos já ocorridos. Sem aprofundarem-se opiniões de que sua obra suscita várias interpretações quanto à sua classificação, Euclides preocupou-se em transmitir um relato compromissado com a verdade impessoal dos acontecimentos, com a história e não imaginá-los – oposto a Vargas Llosa, que, longe do espaço e do tempo de Canudos, acrescentou a verdade ficcional da trama romanesca à realidade história do administrador daquela cidade santa. A vida material em Canudos era dividida por tarefas entre os adeptos, porém passava obrigatoriamente pelo crivo do líder, ratificando sua função de chefe religioso e de legislador político. No entanto, interferir no mundo imaterial, no sobrenatural, apenas o Conselheiro poderia fazer, sobretudo nos tempos de luta contra o Anticristo, pois eram dele as profecias do que haveria de acontecer. Ele já revelara em seus sermões que as forças do “cão” viriam prendê-lo e passar na faca toda a cidade. Por isso, com as perseguições das tropas, com o “começo do fim do mundo”, toda Canudos se uniu em torno do Conselheiro.

Nos dois escritores, encontra-se referência à tolerância do Conselheiro quanto ao amor livre e à pregação contra a República, “porque o dominador, se não estimulava, tolerava o amor livre. Nos conselhos diários não cogitava da vida conjugal, traçando normas aos casais ingênuos” (VARGAS LLOSA, 1987, p.146). Também no texto de Llosa, acentua-se o fato de os seguidores negarem o casamento civil e praticarem, com base nas leis propostas pelo chefe, algo que a personagem Lélis Piedade – reproduzindo a fala do consenso – comenta ser promíscuo e representar a instituição do amor livre. A personagem acrescenta que, com tal prova de corrupção e de heresia, as autoridades expulsarão os fanáticos. Tal é a visão preconceituosa da personagem, nas frequentes discussões dialéticas que atravessam o livro, engrandecido pelas possibilidades de diferentes leituras dos fatos.

A rebeldia quanto às normas do estado civil salienta-se nos dois autores, confirmando-se acentuado interesse por temas de insubordinação libertária de minorias. No caso dos iconoclastas, o repúdio às leis da República significava estarem apenas preocupados com as de Deus, confirmadas no casamento religioso. Para

eles, era de vital importância a união frente a Deus e não diante dos homens.

Quanto à rebeldia, Canudos é descrito como reduto de revoltosos durante o relato de Gall sobre encontro com Frei João Evangelista do Monte Marciano – participante do famoso Relatório sobre os acontecimentos. Nas considerações do revolucionário, Canudos sugere, dependendo do olhar que o aborde, um utópico falanstério, à maneira de Fourier, ou refúgio de insurretos desobedientes das leis. Em comentário ao célebre Relatório, o jornalista e frenólogo coloca a visão do Frei, que, enviado pelo Arcebispo da Bahia ao povoado devido a denúncias de heresia, fica assustado e enojado com o que viu. Porém, refletindo sobre o relato do capuchinho, Gall conclui que, logicamente, por causa da condição de religioso, sua experiência no arraial deveria ter sido difícil de compreender, até mesmo amarga. Para suas conclusões norteadas por princípios libertadores, diz Galileu Gall que:

Para um ser livre o que o Relatório deixa entrever por entre suas remelas eclesiásticas é apaixonante. A pretexto de refrear o casamento civil, o povo de Canudos aprendeu a unir-se e a se desunir livremente sempre que homem e mulher estejam de acordo, pois, (...) seu condutor e guia - a quem chamam de Conselheiro - ensinou-lhes que todos os seres são legítimos pelo simples fato de nascer (VARGAS LLOSA, 1973, p. 56).

Sem dúvida, ele é um advogado das normas circulantes em Canudos, comunga com o ideário da harmonia entre os seres envoltos pelo mesmo desejo. A entrevista do frenólogo com o capuchinho é a oportunidade de reforçar a geografia libertária de Canudos, opondo-se, então, à idéia de *distopia* eternizada por Euclides, ao utilizar famosos sintagmas depreciativos como “*urbs* monstruosa”, “refúgio de fanáticos”, e “*civitas sinistra* do erro”. Tal encontro fictício, entre Gall e o padre, realizado no refeitório do Mosteiro é comentado com entusiasmo pelo correspondente; confirmaria, também, nesse diálogo, a opinião de que em Canudos a gente humilde e sem experiência praticava coisas que os revolucionários europeus consideravam necessárias para implantar a justiça na Terra. Sublinha-se aqui um dos veios essenciais: os seres são mobilizados religiosamente pelo anseio de equidade social. Em Euclides, o líder, que não escondia o horror que tinha

pelo sexo feminino, chegando a não encará-las, é comparado ao frígio Montano, no que tange a restrições impostas à aparência física das mulheres, proibidas de se cuidarem. Já os seguidores, a uma “farândola de vencidos da vida, gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, heróis da faca” (CUNHA, 1993, p.120).

O relato do capuchinho enfatiza haver no arraial uma multidão de seres esqueléticos, cadavéricos, amontoados em cabanas de barro e palha, além de armados até os dentes “para proteger o Conselheiro, que as autoridades tinham tentado matar antes” (VARGAS LLOSA, 1987, p.57). O padre assegurava ter visto em Canudos facínoras perigosos, mencionando para Galileu o nome de João Satã, um dos tenentes do Conselheiro. Tal constatação estarecera o religioso que, em missão ao lugar, interpelou o próprio bandido sobre a existência de delinquentes numa aldeia que se diz cristã. O padre recebeu como resposta que o desejo do Conselheiro era o de fazê-los homens bons e que se algum dia roubaram ou mataram foi pela condição em que viviam. Se fossem banidos dali cometeriam novos crimes. Além disso, entendiam a caridade do chefe como a que Cristo praticara. A declaração entusiasma o anarquista, que a ela se refere em carta endereçada a revolucionários europeus: “Essas frases, companheiros, coincidem com a filosofia da liberdade” (VARGAS LLOSA, 1987, p. 57).

A novela de Llosa, portanto, desenha uma geografia da liberdade e da fartura, sedimentada no mito de um espaço utópico, criado literariamente com esse nome por Morus e, de certa forma, materializado em Canudos por seus habitantes, pois respeitavam o direito do outro e os bens coletivos. O arraial é enfocado como um lugar de paz, abençoado, recebendo os seguidores o mesmo tratamento que Jesus Cristo dispensara a seus fiéis, sugerindo a aproximação do Conselheiro com o Filho de Deus. Com isso, a narrativa desenha a figura do líder como um protetor, um salvador – um *soter* – levando sua palavra a fim de redimir não apenas os sofrimentos materiais, a miséria, mas o crime, o pecado. Se em *A guerra do fim do mundo*, Canudos aparece como terra de acolhida e aperfeiçoamento espirituais, incrustada numa geografia protetora, salvática e sobretudo revolucionária, onde o chefe legislava em leis fundamentadas no *ius profano* e no *fas divino*, em *Os sertões*, a sociedade foi interpretada como bastante negativa. Gall engrandece os seguidores, comenta que as pessoas de Canudos

chamam-se a si mesmas de jagunços, palavra que quer dizer revoltados e que para elas Anticristo e República são a mesma coisa, considerando as palavras do líder religioso uma verdadeira música revolucionária para seus ouvidos. O novo regime, perturba a estrutura consignada, é considerado o responsável por todos os males, alguns abstratos, sem dúvida, mas também pelos concretos e reais, como a fome e os impostos. Já em Euclides, jagunço não possui a mesma conotação: no texto de Llosa recebe uma carga romântica. O significado de revoltado, atribuído à palavra jagunço na obra do peruano, não encontra aproximação na do brasileiro, que o representa como um bandido. Deve-se também considerar que a interpretação de Gall torna a palavra engrandecedora e heroicizante, pois, etimologicamente, jagunço não remete a revoltado. Jagunço prende-se a zaguncho, uma arma de arremesso, semelhante à azagaia. O valor semântico atribuído ao termo liga-se à ação defensiva da chamada Guarda Católica do Conselheiro e de seus fiéis, tratados como fanáticos e revolucionários, em *A guerra do fim do mundo* e como facínoras, em *Os sertões*.

Na crítica à fala conservadora do capuchinho, Gall duvida de que ele e sua ordem sejam grandes entusiastas do novo, pois, a República, paraíso de maçons, significou um enfraquecimento da Igreja. Para o religioso, os conselheiristas formavam uma seita político-religiosa insubordinada contra o governo constitucional do país, Canudos era um Estado dentro do Estado, pois lá não se aceitavam as leis, as autoridades não eram reconhecidas nem o dinheiro da República admitido. Preocupado com as mudanças no vilarejo, garantia que, da mesma forma com que se instituía a promiscuidade de sexos, também se estabelecera em Canudos a promiscuidade de bens: tudo era de todos. Para Gall, contrário a essa visão, o Conselheiro praxilizava idéias sociais novas no sertão, ainda que tão antigas no espírito humano. As “novas” idéias sociais, segundo o revolucionário, encontravam-se taticamente veladas sob pretextos religiosos, devido ao nível cultural dos conselheiristas. Ao final de uma carta, ele pergunta aos destinatários se não era notável que no fundo do Brasil um grupo de insurretos formasse uma sociedade em que se aboliu o casamento, além do dinheiro; onde a propriedade coletiva substituiu a individual.

Fiel a ideais políticos reformadores, afirma não participar

da consternação de Frei Marciano, quanto aos fenômenos observados em Canudos, pois o que experimentava com a concreta realização de uma possível utopia na Terra era “alegria e simpatia por esses homens graças aos quais, dir-se-ia, no fim do Brasil, renasce de suas cinzas a Idéia que a reação acredita haver enterrado na Europa no sangue da revoluções derrotadas” (VARGAS LLOSA, 1987, p.59).

Portanto, a partir da fala de uma personagem fictícia, Galileu Gall, e de uma outra histórica, Frei Marciano, constrói-se no texto literário, através de dialético questionamento, a figura emblemática do Conselheiro conforme a concepção mítico-messiânica, quando um salvador viria para exercer o poder religioso e o político em uma Terra desprovida da dor e do mal. Em sutil intertextualidade com as lendas apocalípticas do fim do mundo e com a escrita de *Os sertões*, Vargas Llosa retoma, em várias passagens, o filão mítico tão difundido na cultura luso-brasileira, oriundo da Península Ibérica, desenvolvido, sobretudo, por Bandarra, nas *Trovas*, e por Vieira, em *A história do futuro*.

Retornando-se ao foco em que Gall se manifesta com insistentes reflexões questionadoras, tem-se, em outra carta, remetida aos mesmos correligionários, relatos concernentes a experiências junto a homens do povo, defensores dos objetivos do “santo guia”. Comenta a vitória dos fiéis contra os soldados do governo, diz que os acontecimentos constatados de que os jagunços derrotaram cem soldados que marchavam contra Canudos “confirmavam os indícios revolucionários”. Contudo, acrescenta, refletindo sobre a estratégia dos seguidores, que intuições e ações corretas se misturavam com superstições inverossímeis. Deste modo, apesar de entusiasmo pelas práticas daqueles homens rudes, ele consegue emitir dialética visão, situando-se entre dois horizontes: louva as corretas ações, mas vislumbra arraigados aspectos supersticiosos entre os fiéis daquele cenobita. Em certa medida, nesse elo de uma práxis concreta, desconstrutora do *status quo* vigente concomitante a aspectos arcaicos de arraigadas credences, reanima-se, na escrita de Llosa, a própria ambiência em que eclodiu a utopia do Conselheiro: em Euclides, “um infeliz [que] destinado à solicitude dos médicos, veio, impelido por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, indo para a história como poderia ter ido para o hospício” (CUNHA, 1993, p.120). Quanto

a superstições, a intuições dos conselheiristas convém notar seus comentários científicistas sobre a dúbia psicologia do grupo:

O clã tumultuário de Antônio Conselheiro (...) continuou a marcha do desnordeado apóstolo, pervagando no sertão. (...) Não cogitava de instituições garantidoras de um destino na Terra. Eram-lhe inúteis Canudos era o cosmos (...) transitório e breve: um ponto de passagem terminal, de onde descampariam sem demora (...) (CUNHA, 1993, p. 36).

Demonstra-se, assim, a diminuição de valor na análise do clã do Conselheiro. Tem-se o perfil “tumultuário”, em que o condutor se configura um homem sem rumo, um “desnordeado apóstolo”. Para Euclides, Canudos não possui a chave soteriológica, não havendo ali uma conjuntura estável, garantindo a seus prosélitos eficaz apoio material. Aquele *topos* não seria um eterno cosmos, mas um caos transitório e breve. Já em Vargas Llosa, superstições e intuições são motivos que participam do traço particular da psicologia do grupo de maneira positiva, desprovida de linguagem científicista, caracterizadora do pensamento euclidiano.

Ainda por intermédio de Gall, em carta aos amigos, tem-se a tentativa de questionamento racional, porém, não depreciativo, segundo a lógica do revolucionário. Ele vai atrás de todos os indícios clarificadores do problema, sem pretender a Verdade absoluta. Logo, sem descartar quaisquer hipóteses, questiona:

São os símbolos religiosos, místicos, dinásticos, os únicos capazes de sacudir a inércia de massas submetidas há séculos à supersticiosa tirania da Igreja e, por isso, utiliza-os o Conselheiro? Ou tudo isso é obra do acaso? Nós sabemos, companheiros, que na história não há acasos, e por arbitrária que pareça, há sempre uma racionalidade encoberta atrás da mais confusa aparência. Imagina o Conselheiro a perturbação histórica que está provocando? Trata-se de um intuitivo ou de um espertalhão? Nenhuma hipótese é descartável, e, menos que as outras, a de um movimento popular espontâneo, não premeditado. A racionalidade está gravada na cabeça de todo homem, mesmo na do mais inculto (...) (VARGAS LLOSA, 1987, p. 93).

Advogando a racionalidade, aliás tônica que permeia o discurso de Euclides, refletindo as coordenadas dos fins do século

XIX, Gall utiliza esse artifício lógico através de teses e antíteses, pois diz que nenhuma hipótese é descartável, a fim de ratificar o valor de Canudos e de seu fundador. Valoriza, entretanto, uma racionalidade “outra”, diferente do pragmatismo cartesiano que se manifesta na observação de Euclides daqueles “sertanejos brancos”; abre, assim, a possibilidade de que se perceba com novo olhar os que não comungam a fala oficial. A tentativa de Gall é de compor uma explicação convincente e não preconceituosa, para aqueles fatos advindos de um chamado profético, de marcas escatológicas, de um imaginado corte da História pelo líder e que culminaram na formação da cidade. Em *Os sertões*, o arraial concretizou a irracionalidade geográfica pelas mãos de um pietista ansiando pelo reino de Deus e abrigaria uma horda de loucos. Sublinhando a irracionalidade e a psicose coletiva, os seguidores teriam sido atraídos para lá pelos “despropósitos do Santo endemoninhado” cuja missão perversa levou-os a um “fanatismo que não tem mais limites”. O lugar era visto como uma *distopia* insana, “uma cidade dobrada por um terremoto”, um “dédalo desesperador” e um “baralhamento caótico” que “traíam a fase transitória entre a caverna e a casa (...) traduzindo, mais do que a miséria do homem, a decrepitude da raça” (CUNHA, 1993, p. 232-239). Já o texto de Llosa fornece outros pontos de observação contrastantes, quanto aos elementos humanos e geográficos encontrados em *Os sertões*.

Eternizando por meio do texto ficcional a compreensão do fenômeno como um todo harmonioso, lê-se no autor peruano que “a diversidade humana coexistia em Canudos sem violência, em meio a uma solidariedade fraterna e um clima de exaltação que os escolhidos não haviam conhecido” (VARGAS LLOSA, 1987, p. 97). Em Llosa, não se encontra alusão ao “diagnóstico” euclidiano dado a Canudos de *locus horrendus* da loucura e do banditismo. A população não é considerada uma turba de “temperamento vesânico” guiada por um chefe “dominador incondicional”, por um “grande desventurado” e “retrógrado do sertão”. O texto de Llosa alude sim a uma heteróclita comunidade de necessitados e de abandonados: índios, negros, brancos, mulatos, homens considerados de bem – ou mesmo bandidos – todos juntos em uma comunidade de destino, unidos em constante harmonia de pensamento e de objetivos, como desejava Charles Fourier. Eram co-

mandados pelo Conselheiro, que delegava à Guarda Católica a defesa do território sagrado e, como diz o narrador sobre o “santo”, o santuário atraía peregrinos de todo o mundo, também a atenção do Anticristo República.

Em *A guerra do fim do mundo*, a fala depreciativa encontrada na obra de Euclides é assumida por personagens da classe dominante e do poder constituído. Um diálogo entre Moreira César e o barão de Canabrava – rico latifundiário da região – retoma idéias contidas em *Os sertões* quanto aos “escolhidos”. Note-se que o famoso coronel da República fala dos seguidores como hereges dementes, incendiários e ladrões de fazendas, que matavam com balas explosivas e fuzis modernos. No entanto, o barão, suspeito de proteger os “jagunços”, desmente as afirmações, declarando que tudo não passava de uma manobra para se fazer todo o país acreditar que Canudos significava aquele perigo tão propalado. Acrescenta, ainda, a seus argumentos:

Esses miseráveis não têm armas modernas de nenhum tipo. As balas explosivas são projéteis de limonita, ou hematita parda se prefere o nome técnico, um mineral que (...) os sertanejos usam em seus bacamartes há muito tempo. (...) Os fuzis ingleses, sim. Foram trazidos por Epaminondas Gonçalves, seu mais fervoroso partidário na Bahia, e para nos acusar de aliança com uma potência estrangeira e os jagunços. E quanto ao espião inglês de Ipupiará, ele também o fabricou, mandando assassinar um pobre-diabo que, para sua desgraça, era ruivo. O senhor sabia disso? (VARGAS LLOSA, 1987, p.92).

Mas a crítica atualizada, tendo como idôneo apoio reflexivo Ataliba Nogueira, repensou a perseguição ao Conselheiro e a destruição de Canudos. A partir de conceitos desenvolvidos pelo estudo da revisão de *Os sertões* por A. Nogueira,

deduz-se não ser apropriado o título de herege dado ao fundador de Canudos. Antônio Conselheiro não pregava idéias heterodoxas. Não pode ser chamado de gnóstico, muito menos de bronco, pois sabia ler e escrever, deixando obras de fé cujo lastro é de raiz ortodoxa católica. Ratifica-se, dessa forma, que ele não se opôs aos dogmas da Igreja, (...) nunca se nominou Messias, muito menos Salvador,(...) mas se negava a seguir

ordens de seus representantes. Portanto não foi um dissidente radical da Igreja romana, como afirmou Euclides da Cunha. O estudioso viu a dinâmica do fenômeno captada, de alguma forma, por um espírito pré-concebido. (...) Quanto a possíveis anseios de esperanças escatológicas (...), seria possível que tais fantasias místicas circulassem no imaginário coletivo dos conselheiristas, da mesma forma que circularam em vários grupos religiosos de várias épocas (CAMBEIRO, 2003, p. 468-470).

Tal linha crítica, seguida por Roberto Ventura, atribui o ataque ao temor das classes dirigentes de que o arraial libertário se tornasse ameaça regional e nacional do ponto de vista da propriedade, além de constituir-se em um Estado dentro do Estado, como diz o capuchinho a Galileu Gall. Para R. Ventura, a destruição de Canudos

se deveu menos ao anti-republicanismo do Conselheiro do que a fatores políticos, como os conflitos entre facções partidárias na Bahia, a atuação da Igreja contra a atuação pouco ortodoxa dos beatos e pregadores e as pressões dos proprietários de terras contra a comunidade, cuja expansão trazia escassez de mão-de-obra e rompia o equilíbrio político da região. (VENTURA, 1997, p. 90).

Assim, o diálogo entre o coronel da República e o latifundiário demonstra que o tema da propriedade é fundamental, sendo trabalhado em *A guerra do fim do mundo*. Também o diálogo entre Gall e um determinado jagunço aborda a questão da terra como ponto de honra para os proprietários da região se defenderem contra outras possíveis investidas dos “conselheiristas fanáticos”. Ao tentar explicar que a perseguição ao Conselheiro e a sua Jerusalém eram uma defesa da burguesia contra o ataque de minorias carentes à propriedade privada, o jagunço negou ser esta a verdadeira causa.

Para o ponto de vista daquele homem simples, o poder, representado no coronel, enviara soldados porque os fiéis estavam construindo templos, visto que a República queria acabar com a religião, oprimir a Igreja, os fiéis e todas as ordens religiosas. Pior ainda: instituíra o casamento civil. Replicando as afirmativas do conselheirista sobre a interpretação das causas da

guerra, Gall diz que

abolir a propriedade e o dinheiro estabelece uma comunidade de bens, faça-se em nome do que quer que seja, mesmo no de nebulosas abstrações, é algo ousado e valioso para os deserdados do mundo, um começo de redenção para todos. E que essas medidas desencadearão contra eles, cedo ou tarde, uma dura repressão, pois a classe dominante jamais permitirá que frutifique semelhante exemplo: neste país há pobres de sobra para tomar todas as fazendas. O Conselheiro e seus seguidores têm consciência das forças que estão acionando? (VARGAS LLOSA, 1987, p. 92).

Confirmando o diálogo existente nas duas obras, tem-se também a alusão ao movimento da Vandéia, acontecido durante a Revolução Francesa. Esse sectarismo manifestado aos ideais revolucionários do século XVIII, comentado pela personagem de Vargas Llosa como movimento retrógrado, inspirado pelos padres, foi também objeto de comparação com as leis internas de Canudos. Em *Os sertões*, Euclides da Cunha refere-se aos acontecimentos de Canudos como “a nossa Vandéia”, aludindo a ela em seu livro e também em um artigo na imprensa, a possíveis “forças monarquistas em luta contra a República ainda jovem...” (ANDRADE, 2002, p.122).

Canudos – historicamente um “divórcio trissecular entre o litoral e o sertão” (ANDRADE, 2002, p. 179) – em Llosa representa um autêntico paraíso concretizado, em Euclides, mesmo guardando o caráter de um éden, o arraial é definido como um primitivo abrigo de fanáticos e de bandidos. Para o peruano, o Conselheiro é retratado como agente de um singular, expressivo e importante fenômeno de uma cidadela libertária, sem dinheiro, sem patrões, sem polícia, sem padres, sem banqueiros nem proprietários, um mundo construído com a fé e o sangue dos pobres mais pobres. Comparando-se o texto de Euclides com o de Llosa, mas respeitando-se as devidas diferenças de época e de visão, conclui-se, parcialmente, que em Vargas Llosa existe uma continuidade literária do mito do chefe e da utopia salvadora, símbolo de um mundo sem maldade, sem doenças, nem miséria. Tal espaço fora criado e liderado por Antônio Conselheiro, ser carismático capaz de preparar os fiéis em uma comunidade sonhada, uma re-

produção da Canaã e da Jerusalém bíblicas para o milênio tão esperado e propiciador da volta ao Paraíso. Entretanto, Euclides da Cunha cita nomes e termos correntes à época, para descrever e esboçar, ante o olhar de futuros historiadores, o que chamou de um crime. Ele pretendia descrever o acontecimento sob a ótica da realidade lógica e acabou seduzido também por pretensas manifestações sebastianistas encontradas em quadrinhas dentro dos casebres e anotadas em sua caderneta, embora isso fosse refutado por estudiosos, dentre estes, Ataliba Nogueira e Roberto Ventura .

Porém, cabe enfatizar que, se Euclides se preocupava principalmente com o fato histórico, com a visão científica e racional do fenômeno, Vargas Llosa, ao contrário, investiu na romanesca recriação da história, de forma diversa, imaginativa, que, sem abandonar o factual, descreve literariamente o movimento de Canudos. Confirma-se na obra do escritor peruano a perspectiva mítico-sagrada do fenômeno e, por ironia, essa constatação se estende, ainda, à obra euclidiana, pois, ao assinalar credices e ignorâncias míticas/místicas, sublinha a permanência de algo primordial naquela sociedade. Inconscientemente e sob a égide da cientificidade, que deseja demonstrar e esclarecer, em seu relato histórico-cientificista deu relevância suficiente aos mitos que transitavam no universo de Canudos. Perpetuava-se no texto dos dois escritores o momento em que se consolidava, na sociedade arcaica de Canudos, a metamorfose de temas confluentes, tais como: *milénarismo, heresia, utopia, messianismo*. Desta forma, manifestaram dados armazenados no imaginário cultural, captaram em épocas diversas da História fenômenos que eternizaram as ações humanas e canalizaram para o texto a emergência do mito do chefe político-religioso.

Na tentativa de concluir sem esgotar possibilidades de outras futuras reflexões, pode-se dizer que a figura literária do Conselheiro, em *Os sertões*, é negativa. O autor alude ao chefe como um evangelizador fatal e sinistro. Interpreta ter sido o Conselheiro quem arrastara aquela pobre gente para uma desgraça incalculável. A obra, apesar de registrar o mito atualizado de uma figura carismática, carece da intenção engrandecedora, encontrada em Vargas Llosa. Já em *A guerra do fim do mundo*, focalizaram-se também as supostas ligações anti-republicanas de Canudos, desenvolvendo-se, da mesma forma, o mito do chefe político-religi-

oso simbolizado no sebastianismo corrente na Baixa Idade Média portuguesa revigorado no líder. Diversas vezes, tem-se o relato de que os fanáticos sebastianistas queriam restaurar o Império, com a ajuda do Conde D'Eu, dos monarquistas, da Inglaterra, apesar de a literatura encaminhar a interpretação para um movimento messiânico capaz de fundar um “mundo às avessas”: um dos *topoi* literários mais conhecidos (CURTIUS, 1996, p. 139-144), onde não existissem dores.

Quanto à ajuda *extramuros* enviada por anti-republicanos para Canudos, está igualmente tratada. Durante um diálogo entre Moreira César e Padre Joaquim, pároco de Cumbe, a idéia de conspiração estrangeira é apresentada em situações ridículas para o poder. O padre, preso por suspeita de levar munições para os jagunços, gozava de toda a liberdade no arraial, rezando missa, visitando sua companheira e filhos, sendo interrogado por isto pelo obsessivo Coronel:

– Falemos das balas explosivas (...) Entram no corpo e estouraram como uma granada, abrindo crateras. Os médicos não tinham visto feridas assim no Brasil - de onde vêm? Algum milagre, também? (...)

– Que um padre tenha filhos não me tira o sono – diz Moreira César. Preocupa-me, apenas, que a Igreja Católica ajude os facciosos. Diga o nome de outros sacerdotes que ajudam Canudos (VARGAS LLOSA, 1987, p. 254-255).

Durante o diálogo entre o coronel e o padre, aparece mais uma vez a descrição psicológica dos jagunços através da ótica do poder, sugerindo-se no perfil ambíguo do seguidor a concepção da natureza do chefe: louco, místico, santo e bandido.

Durante o interrogatório, as dúvidas e os mistérios envolvendo o Conselheiro também se mostram:

– O Conselheiro? - pergunta Moreira César, sarcástico. - Um santo, sem dúvida?

– Não sei, Excelência - diz o prisioneiro. Eu me pergunto todos os dias, desde que o vi entrar em Cumbe, há muitos anos. Um louco, pensava no princípio. (...) Apareceram uns padres capuchinhos, enviados do Arcebispo, para investigar. Não entenderam nada, assustaram-se, também disseram que era lou-

co. Mas como se explica então, senhor? Essas conversões, essa paz de espírito, a felicidade de tantos miseráveis?

– E como se explicam os crimes, a destruição de propriedades, os ataques ao Exército? - interrompe o Coronel (VARGAS LLOSA, 1987, p.256-257).

Além da interferência das personagens Gall, Frei Damião e Padre Joaquim, chega-se a uma configuração de Canudos, do Conselheiro e dos fiéis, através do Jornalista Míope, que apresenta outro ângulo do fenômeno. Os pensamentos do Jornalista sobre tudo o que se passava e o futuro da guerra são investigados pelo narrador.

Acompanhando os acontecimentos, estava presente no instante da conversa entre o Padre e o Coronel. Após o encontro, o Jornalista Míope foi tocado por questões instigantes, buscando mentalmente respostas esclarecedoras. Ele faz indagações para compreender se Canudos podia ser explicado somente através dos conceitos de conjuntura, rebeldia, conspiração, intrigas dos políticos que pretendiam a volta da Monarquia. Com as palavras do padre tivera a certeza de que não era bem assim. Para ele, formava-se o contorno de algo “difuso, desatualizado, incomum, algo que seu ceticismo não o impede de chamar divino ou diabólico ou simplesmente espiritual” e que uma dúvida sobre a verdade o leva à pergunta: “O que é então? (VARGAS LLOSA, 1987, p.233).

### Uma conclusão parcial

Justamente tal pergunta gerou, nos textos literários e críticos uma série de conceitos os mais variados sobre o fato. Uma polêmica se instala quanto ao comportamento de alguns seguidores, encarregados da defesa de Canudos contra ataques externos. Nas descrições de Euclides da Cunha e Vargas Llosa, os adeptos aparecem como guerreiros e se igualam na força aos militares. Todavia, é considerado estranho um grupo de pessoas religiosas apresentarem uma milícia armada. Os jagunços, em *Os sertões* e em *A guerra do fim do mundo*, formaram a Guarda Católica, ambígua designação das “tropas” conselheiristas. Os dois autores atestam a existência de uma brigada de defesa composta de fanáticos e de antigos perseguidos pela polícia. Outra observação é

feita a respeito de armamentos, citados pelo dois autores, mas refutado, no incidente das madeiras, pela crítica revisionística, em especial de A. Nogueira. Quanto ao porte de armas, a explicação é simplificada, já que normalmente um sertanejo traz sempre algo que o defenda do ataque de um animal ou de um salteador em suas incursões pelo mato.

Sejam eles jagunços armados – significando um revoltado ou um bandido - ou simples fiéis fanáticos, deve-se recorrer à força do Conselheiro que, em suas peregrinações e sermões persuasivos, conseguiu arrastar todos os componentes da margem para a página da existência. Tentando colocar o ser humano acima dos desejos e paixões da vida material, ela atraía a atenção dos ouvintes com suas promessas de um futuro restaurador, de uma romântica ordem social igualitária. Por se sentirem atacados, constituíram um grupo defensivo, apavorados pelo medo de serem dispersados. Os bens que conseguiram recolher, trazidos por aqueles que aderiam à causa, eram de todos. Eles temiam que acabassem em mãos do Anticristo República, a força desarticuladora de Canudos – para Euclides, um “dédalo desesperador de becos estreitos, (...) em absoluta desordem, (...) [obra de] uma multidão de loucos” (VENTURA, 1992, p.91) – porém experimentado como *omphalos*, como o centro do mundo, pelos seguidores.

Em *A guerra do fim do mundo*, Antônio Conselheiro é, para alguns, um santo e um revolucionário desejando efetivar, socialmente, ideais igualitários. Para os representantes do poder é um fanático rodeado de bandidos. Já em *Os sertões*, é um doente paranoico aliciador dos desprovidos que viam na sua figura e palavra a única salvação propagada em seus sermões. O organizador religioso e político sugerido por Vargas Llosa, em Euclides da Cunha, é um louco apóstolo extravagante, perseguido por estigma atávico, portador de uma “psicologia especial”. Ressaltado por Vargas Llosa como um líder organizador, preocupado não apenas em salvar os homens do Anticristo República, em *A guerra do fim do mundo*, ele é o líder social e religioso de seus seguidores, munido de autoridade necessária para livrá-los do pecado e conduzi-los à salvação após o juízo final.

Assinala-se que a essência rebelde e a síntese revolucionária da utopia imaginada e concretizada por Antônio Conselheiro é

indicada ainda por Gall, aquele idealista que se identifica com o líder e com o arraial. Mas sua preocupação é com o material, com o cotidiano, assim, afasta seu questionamento sobre a desigualdade entre os homens do campo metafísico e místico, não se empenha em responder às questões que lhe coloca, a personagem Jurema:

- O senhor acredita que o Conselheiro foi mandado pelo Bom Jesus? Acredita nas coisas que ele anuncia? Que o mar será sertão e o sertão mar? Que as águas do Vaza-Barris vão virar leite e suas barrancas, cuzcuz de milho pra que os pobres comam? (VARGAS LLOSA, 1987, p.233).

Para finalizar, destaca-se a passagem em que durante sua viagem rumo a Canudos, a fim de conhecer a cidade prometida e seu fundador, Gall encontra um grupo de sertanejos que vagava e lhes fala da seguinte maneira, em clara adesão àquele tão criticado projeto:

\_ Não percais a coragem, irmãos, não sucumbais ao desespero. Não estais apodrecendo em vida porque um fantasma escondido atrás das nuvens assim o decidiu, mas porque a sociedade está mal formada. Estais assim porque não comeis, porque não tendes médicos nem remédios, porque ninguém se preocupa convosco, porque sois pobres. Vosso mal se chama injustiça, abuso, exploração. Não vos resignéis, irmãos. Do fundo de vossa desgraça, rebelai-vos, como vossos irmãos de Canudos. Ocupai as terras, as casas, apoderai-vos dos bens daqueles que se apoderaram de vossa juventude, que roubaram vossa saúde, vossa humanidade... (VARGAS LLOSA, 1987, p. 233).

## Referências

ANDRADE, O. de Souza. *História e interpretação de Os sertões*. 4.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

CAMBEIRO, D. A figura literária de *soter* e herege em Os sertões, de Euclides da Cunha. In: MALEVAL, M. A. T. e PORTUGAL, F.S. (orgs.) *Estudos galego-brasileiros*. Rio de Janeiro: H. P. Comunicações, 2003.

CUNHA, E. da. *Os sertões*. São Paulo: 1993, Cultrix.

CURTIUS, E. *Literatura européia e Idade Média latina*. São Paulo: Hucitec/USP, 1996.

NOGUEIRA, A. *Antônio Conselheiro e Canudos*. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

VENTURA, R. Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na *urbs* monstruosa. In: B. A. Junior e I. M. Alexandre (orgs). *Canudos: palavra de Deus sonho da terra*. São Paulo: SENAC/Boitempo, 1997.

VARGAS LLOSA, M. *A guerra do fim do mundo*. 16.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

